TEXTO PARA DISCUSSÃO

2077

Brasília, abril de 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

FUNDO BRASIL PAZ NO FUTURO: FINANCIANDO A EFICIÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Daniel Cerqueira
Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
e Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea

Renato Sérgio de Lima
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), vice-presidente do
Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor e pesquisador da Escola de Administração
de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da FGV Direito-SP

Gabriel G. F. Bragança
PhD em economia pela Victoria University of Wellington (VUW),
Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diest do Ipea e
professor do Instituto Brasileiro de Mercado do Rio de Janeiro (Ibmec-RJ)

A questão chave em segurança pública é como antecipar recursos que seriam, no futuro, desperdiçados em face da violência, como com a perda de vidas, a diminuição de acumulação de capital, o aumento dos gastos hospitalares para o tratamento das vítimas etc. Defende-se neste texto que a concepção de um fundo lastreado seja por contribuição voluntária, seja pelo aumento da dívida líquida, seria uma alternativa certamente aceita pela sociedade, desde que houvesse credibilidade e transparência no uso correto dos recursos.

O debate dominante sobre segurança pública no Brasil gira, muitas vezes, em torno da necessidade de um maior orçamento para aumentar o efetivo policial e a aquisição de viaturas, sempre muito aquém de um suposto número ideal. Assim, como os orçamentos nunca permitem a execução daqueles montantes ideais, as responsabilidades tornam-se difusas e opacas e a dinâmica da violência-crime segue como um resultado intrínseco (e esperado) associado à natural limitação de recursos de um país em desenvolvimento.

Contudo, nunca há uma preocupação em medir a eficácia das supostas ações saneadoras. No limite, as iniciativas institucionais ficam sem parâmetros de avaliação e as políticas públicas acabam por cair na armadilha do "eterno recomeço", em que não se consegue documentar quais são as boas práticas e quais os programas que funcionam ou não. O problema gira em torno de como construir um mecanismo crível que sinalize para a sociedade que há um real comprometimento do Estado para gerir eficientemente os recursos levantados. A adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação surge, novamente, como fator imprescindível na conquista da eficiência democrática.

Neste trabalho, objetiva-se apresentar, em primeiro lugar, um modelo de financiamento privado de programas para prevenção ao crime, implantado em vários países desenvolvidos, conhecido como *títulos de impacto social*. Em segundo lugar, apresentam-se algumas ideias sobre a constituição de fundo para a segurança pública, que, entre outras propriedades, poderia funcionar como um mecanismo capaz de alinhar incentivos e comprometer governos com ações efetivas no sentido da paz social.

SUMÁRIO EXECUTIVO